

Os significados de “ciberfeminismo”: construções de sentido de um feminismo nas Mídias Digitais¹

Érica Camillo AZZELLINI²

Luís Mauro Sá MARTINO³

Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

Resumo

Este texto explora os diferentes significados e as divergências entre ciberativistas na construção dos sentidos atribuídos ao termo “ciberfeminismo”, principalmente ao longo dos anos 1990, enfatizando, em momentos diferentes, suas expressões artísticas, filosóficas e políticas. Toma-se como base a leitura e análise de textos-chave das manifestações ciberfeministas. O artigo trabalha dados pesquisados no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso da autora sobre coletivos que visam o empoderamento feminino pela tecnologia e a redução da disparidade de gênero no setor.

Palavras-chave: Ciberfeminismo; ciborgue; empoderamento; gênero; tecnologia.

Feminismo e tecnologia

O ciberfeminismo surge como uma espécie particular de ciberativismo feminista desenvolvido ao longo dos anos 1990 em diversas regiões do mundo. Historicamente, é possível dizer que o feminismo esteve vinculado às mudanças tecnológicas de seu tempo, fazendo uso estratégico de ferramentas contemporâneas em prol de sua causa e criticando o seu desenvolvimento quando trazia consequências negativas para as mulheres (FERNANDEZ, WILDING, 2002, p. 17), principalmente no que diz respeito à precarização do trabalho.

Conforme os computadores pessoais são inseridos no cotidiano do mundo desenvolvido e as redes permitem certa liberdade de expressão, logo a causa feminista tentaria fazer uso dessas ferramentas em seu favor. Jessie Daniels (2009) escreve que “a noção de que a Internet é uma ‘ferramenta’ a ser apanhada e ‘usada’ por mulheres para ‘empoderamento’ é uma metáfora usada repetidamente na literatura sobre organizações

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação Multimídia, da Intercom Júnior – XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação do 4º ano do Curso Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, e-mail: erica.azln@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, e-mail: lmsamartino@gmail.com

feministas globais e a Internet” (2009, p.108, tradução nossa⁴), indicando como o uso das redes chegava a ser inevitável por parte das feministas.

Fundamentos ciberfeministas

Ultrapassando a noção de um “feminismo online”, ou seja, da inserção do discurso feminista nas redes, o ciberfeminismo é, fundamentalmente, uma contestação a nível artístico, filosófico e político das estruturas envolvendo gênero e tecnologia.

O ciberfeminismo não é uniforme e está em constante construção. Sem definição fechada, trata-se de um movimento heterogêneo que preza pelo empoderamento feminino e rompimento com as estruturas patriarcais a partir da apropriação tecnológica por parte de mulheres. As ciberfeministas observam o aumento das importâncias das TICs para os modos de organização da sociedade e apontam a desigualdade de gênero nelas, mas visualizam nos recursos das tecnologias digitais como possibilidades de ação que favorecem a sua causa.

A Internet, principalmente, é compreendida por mulheres como um espaço seguro no qual elas podem resistir às opressões de gênero (DANIELS, 2009, p. 108). As redes apresentam ferramentas que auxiliam no processo de emancipação subjetiva, uma vez que permitem ao indivíduo conectado compartilhar experiências, articular manifestações, trocar conhecimentos, formar vínculos, expressar quaisquer pensamentos que tenha etc. Estar conectada à Internet, por exemplo, e fazer uso de seus recursos abre, em diversos sentidos, a oportunidade de resistir e romper com uma identidade subordinada que lhe foi imposta por sua condição feminina (NOURAIE-SIMONE; 2005; p. 61-62 apud DANIELS; 2009; p. 108).

Exploração do termo

A análise do termo “ciberfeminismo” abre interpretações variadas sobre o que é esse tipo de manifestação. A partícula “ciber”, de origem grega, significa “governar”, no sentido de dirigir, conduzir e navegar (KLEIN, HAWTHORNE, 1998, p. 1). Vinculado

⁴ Do original: “The notion that the Internet is a ‘tool’ to be picked up and ‘used’ by women for ‘empowerment’ is a metaphor that is employed repeatedly in the literature about global feminist organizations and the Internet” (DANIELS, 2009, p. 108)

ao mundo da tecnologia da informação, podemos relacionar ao ato de navegar na *World Wide Web*, mapear seus espaços e descobrir os seus caminhos.

Eis que entra a partícula “feminismo”, que remete a um movimento protagonizado por mulheres em prol da equidade de gênero em diversas esferas. Aliado ao “ciber”, o feminismo enquanto movimento social encontra novas possibilidades de atuação dentro do meio eletrônico, da mesma forma que esbarra em questionamentos sobre a própria organização de poder do suporte tecnológico. É, portanto, indicativo de uma nova forma de lidar com questões antigas.

Sollfrank (1998), escreve que o ciberfeminismo é tão heterogêneo, assim como o próprio feminismo, que não é difícil supor que na verdade o “feminismo” é sufixo e o “ciber” é corpo principal da palavra, devido à todas as particularidades que passa a implicar no mundo das tecnologias da informação.

Com isso, o termo “ciberfeminismo” evoca uma frente de atuação do feminismo específica para o meio virtual que considera, principalmente, as relações de controle em torno das mídias digitais. Ao usar o prefixo “ciber”, podemos denotar uma tentativa linguística de diferenciação de práticas ciberfeministas de outros feminismos anteriores.

Origens do pensamento ciberfeminista

Com abordagens mais utópicas ou práticas, as ciberfeministas agem individualmente ou em grupos, tanto online como offline, em diferentes partes do mundo, colocando as questões de tecnologia e gênero no centro de seu discurso e ações.

O pensamento ciberfeminista tem suas origens na noção de ciborgue cunhada por Donna Haraway no Manifesto Ciborgue, cuja versão inicial foi publicada em 1985 na revista *Socialist Review* e a final em 1991 sob o título *A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century* na coleção *Simians, Cyborgs and Women*. Donna Haraway é uma bióloga, filósofa, escritora que foi professora do Departamento de História da Consciência e do Departamento de Estudos Feministas na Universidade da Califórnia e cuja produção sobre feminismo e tecnologia contribuiu com o desenho de teorias pós-humanas durante o *boom* das TICs entre as décadas de 1980 e 1990.

O Manifesto Ciborgue é um dos poucos textos que falam sobre feminismo e que foram abraçados tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos agentes da cibercultura

em geral, sendo citado tanto por feministas quanto por não feministas. O texto foi difundido rapidamente, uma vez que dialogava diretamente com o momento em que foi produzido, ou seja, um período de excitação em torno da expansão das TICs, principalmente dos computadores pessoais nos ambientes acadêmicos e domésticos. Dessa forma, aliado ao *hype* em torno da ascensão da produção de ficção científica *cyberpunk*, o Manifesto Ciborgue inspirou produções de caráter diversificado voltadas para temas como biomedicina e cultura tecnológica, além de traçar novas fronteiras para o feminismo (SOFOULIS, 2002).

Partindo de uma perspectiva socialista-feminista, Haraway propõe em seu ensaio que o empoderamento político feminino se dá pela tomada dos meios de produção correspondentes com o tempo em que escreve: não mais máquinas industriais, mas as emergentes TICs. Por isso, critica a tecnofobia presente em determinadas correntes feministas que prezam por uma Natureza idealizada (na qual as novas tecnologias não estão incluídas) e que chegam a tratar do retorno a uma sociedade pré-patriarcal baseada na agricultura e em mitos de mulheres como deusas de fertilidade.

Ao contrário, Haraway levanta que as feministas, querendo ou não, estão imersas em um mundo no qual as tecnologias da comunicação adquiriram tamanha importância para as práticas sociais que inclusive possibilitaram o feminismo como um movimento de escala global e, com isso, incute na figura do ciborgue uma metáfora que dialoga de forma mais condizente com a causa feminista na Era da Informação.

O ciborgue trata-se de um híbrido de humano e máquina, “uma identidade pós-moderna coletiva e pessoal”, a qual as feministas devem aspirar alcançar, pois viabiliza um mundo sem gênero e, conseqüentemente, um mundo livre de suas opressões. Misturando realidade e ficção, o sonho irônico de Haraway tem a tecnologia digital como eixo central nesse sentido, uma vez que seu desenvolvimento demonstra potencial de romper com as distinções entre o físico e o virtual, viabilizando, portanto, fluidez às identidades.

Dessa forma, Haraway finaliza o manifesto afirmando que prefere ser um ciborgue a uma deusa, sinalizando sua atenção para um futuro no qual mulheres podem, assim como os ciborgues, subverter as tecnologias em seu favor, criando conexões alternativas umas com as outras, invocando durante seu desenvolvimento de suas ideias a noção foucaultiana de biopoder (SOFOULIS, 2002). O mito do ciborgue instaura uma

ontologia vinculada às práticas econômicas, políticas e culturais específicas da Sociedade da Informação e suscita diversas produções acadêmicas e artísticas no período.

E o ciberfeminismo é, portanto, expressão da soma do contexto da expansão no mundo real das tecnologias digitais que passavam a integrar instituições de ensino, ambientes de trabalho e lares com especulações imaginativas (utópicas e distópicas) de mundos virtuais que podem ser condensados no Manifesto de Haraway e em *Neuromancer* de William Gibson (1984), marco da literatura *cyberpunk*. O resultado é “uma espécie de feminismo interessado em explorar os potenciais teóricos e artísticos de tecnologias da era da informação para mulheres, e/ou trazer o ativismo feminista para o mundo virtual e suas infraestruturas no mundo real” (SOFOULIS, 2002, p. 100, tradução nossa⁵).

Além da inspiração no mito do ciborgue, algumas ciberfeministas partem do pressuposto de que há um vínculo profundo entre mulheres e tecnologia. As primeiras ciberfeministas identificaram no ciberespaço características comunicacionais com as quais relacionam a aspectos que qualificam como femininos: as capacidades inerentes de dialogar, ouvir, compartilhar, lidar com conflito e incentivar a participação dos outros (POLLOCK; SUTTON apud GILLIS, 2004, p. 172). Nesse sentido, visualizam o ciberespaço com um potencial de horizontalidade comunicacional com o qual se identificam enquanto mulheres, em oposição às formas comunicacionais masculinas baseadas na hierarquia, dominância e até mesmo agressividade.

Expressões ciberfeministas

Utilizado pela primeira vez em 1991 simultaneamente pela filósofa e autora inglesa Sadie Plant e pelo coletivo artístico australiano VNS Matrix (lê-se “Venus Matrix”), o termo “ciberfeminismo” assume sentidos diferentes desde sua origem (SOLLFRANK, 1998). Plant (1997), por exemplo, afirma que ciberfeminismo é sobre a relação de mulheres com a tecnologia em um sentido essencialista: há uma relação natural entre o caráter não linear e distribuído das novas tecnologias e um ideal feminino, sendo

⁵ Do original: “[...] a kind of feminism interested in exploring the theoretical and artistic potential of technologies and metaphors of the information age for women, and/or taking feminist activism into the virtual world and its real-world infra-structures.”

que tal afinidade com as liberdades do ciberespaço permite a experimentação de fluidez identitária (GILLIS, 2002, p. 170).

O coletivo VNS Matrix divide com Plant a noção de que uma sociedade digital está intrinsecamente vinculada ao feminino, mas o ciberfeminismo em si possui um significado de teor artístico e prático, mais crítico e irônico. Em *Prefiguring Cyberculture: An Intellectual History* (2002), as fundadoras do coletivo artístico explicam o papel da subversão de recursos midiáticos em prol de suas causas.

O grupo levou o ativismo feminista para o mundo virtual explorando o potencial artístico das tecnologias na Era da Informação. Ao longo dos anos 1990, VNS Matrix fez uso de jogos de computador, instalações de vídeo, arte interativa, montagem de imagens, eventos, textos e painéis para cumprir seu objetivo de contestar o masculinismo das redes. Além disso, as integrantes do grupo, Francesca di Rimini, Josephine Starrs, Julianne Pierce e Virginia Barrat, programavam sites e participavam de *chats* e de comunidades online como LambdaMOO em uma época em que mulheres ainda não tinham tanto acesso quanto homens ao ciberespaço e, quando tinham, não era raro ocorrer com o auxílio de um homem,

Ainda com abordagem predominantemente artística, nos anos 1990 surgiu o que pode ser chamado de *cybergrrl-ismo*: atitude de mulheres nas redes que produzia zines *sci-fi*, *cyberpunk* e *femporn*, formavam conversas por listas de e-mail apenas para mulheres, organizavam redes para serviços de emprego e encontros, projetos anti-discriminação e que jogavam na rede temas como experimentação transgênera e separatismo lésbico, por exemplo.

As “*cybergrrls*”, conhecidas também como “*riot girls*” ou “*guerilla girls*”, argumentam, segundo Rosi Braidotti (1996), que há uma guerra acontecendo no ciberespaço e que elas não são pacifistas, querendo demonstrar uma resistência ativa, ao mesmo tempo em que querem se divertir e fazer tudo a seu modo. Elas se manifestam com expressões violentas em resposta a construções sociais que julgam hostis ao gênero feminino, encontrando principalmente na paródia uma forma de empoderamento. Entretanto, nem toda manifestação paródica foi eficiente nesse sentido, uma vez que essa estratégia de subversão dos códigos dominantes só atinge seus objetivos políticos se bem fundamentada.

Faith Wilding (1998) aponta como as ocupações virtuais das *cybergrrls* são importantes vetores de afirmação, investigação e experimentação virtual, mas ainda são superficiais no que concerne o trabalho necessário para mudar efetivamente as estruturas tecnológicas que trazem implicações para a condição de gênero feminino. A ciberfeminista critica também o uso impensado de *cybergrrls* que sem se ater às análises feministas de representações de massas de mulheres, acabam por repercutir em suas manifestações artísticas estereótipos femininos e imagens sexistas, atuando de forma relativamente contraditória.

Embora o trabalho artístico de mulheres que passaram a ocupar o espaço virtual seja parte de uma atuação ciberfeminista, não está isenta de críticas das próprias ciberfeministas, demonstrando a pluralidade dessa expressão desde seu início.

Inclusive, críticas às articulações ciberfeministas vieram de dentro e puderam ser compiladas na Old Boys Network (OBN) - um *hub* ciberfeminista fundado em 1997 por Cornelia Sollfrank, Ellen Nonnenmacher, Julianne Pierce e Vali Djordjevic. A ideia era criar espaços virtuais e reais nos quais ciberfeministas pudessem se comunicar, pesquisar e experimentar abordagens condizentes com o seu propósito, disponibilizando uma presença contextualizada às variadas expressões declaradas ciberfeministas.

O nome, Old Boys Network, é um termo utilizado normalmente para designar uma relação entre homens que participam de um mesmo ambiente escolar ou universitário, que formam redes de network e trocam informações entre si, de forma a ajudarem uns aos outros a serem bem-sucedidos. O sucesso de um *old boy* é o sucesso de outro *old boy* relacionado a ele. Vale observar que as ciberfeministas se apropriam de uma expressão que indica relações tradicionalmente masculinas para nomear um ambiente no qual as únicas regras de participação são se identificar como mulher (sendo do sexo feminino ou não) e ter uma definição pessoal do que significa “ciberfeminismo”. Nesse espaço, não importa o sexo biológico da pessoa que queira fazer parte da Old Boys Network, assim como quaisquer outras condições que definem relações no mundo real, pois o virtual permite certas liberdades de identidade para o usuário. As (poucas) diretrizes da OBN indicam uma preocupação com a criação de um ambiente colaborativo e plural focado na exploração e disseminação de noções voltadas para o ciberfeminismo em suas variadas interpretações e abordagens.

O foco principal dessa rede é a elaboração de “ciberfeminismos” sem a preocupação com incoerências e desacordos. Inclusive, a Old Boys Network organizou Internacionais Ciberfeministas - encontros presenciais voltados para o debate em torno de questões envolvendo o ativismo ciberfeminista e a questão de gênero nas configurações tecnológicas, fomentados pela conexão pessoal entre participantes de diversas origens. A First Cyberfeminist International ocorreu durante a exposição artística Documenta X em Kassel, Alemanha, em 1997, e pode ser considerada um dos principais marcos do ciberfeminismo. Nela, as ciberfeministas presentes acordaram em não definir “ciberfeminismo” com um único sentido. Ao contrário, desenvolveram 100 Antíteses que mostravam o que o ciberfeminismo não é.

Essa estratégia de indefinição, ou de pelo menos caracterização pela negação, fala sobre como o ciberfeminismo é uma expressão da fluidez da somatória de vozes que passam a participar das redes, servindo como exemplo das novas configurações comunicacionais viabilizadas pelo ambiente digital, jogando com as ideias de ciborgue de Haraway constituído por vários pedaços distintos e nem por isso forma um todo incoerente ou incompleto. Os espaços deixados pelas não definições abrem margem para a curiosidade e colaboração em cima de um movimento que preza fundamentalmente pela conectividade de mulheres e a exploração das possibilidades do virtual. É, dessa forma, compatível com o desenvolvimento das relações nas redes, pois revela o ciberfeminismo como algo passível de acréscimos e sem fronteiras ou limitações.

Analisar as 100 antíteses é observar a riqueza da pluralidade das redes. Com itens escritos em várias línguas (inglês, alemão, espanhol, francês etc.), incluem noções politizadas, acadêmicas, irônicas e intertextuais, conforme os exemplos traduzidos abaixo:

1. Ciberfeminismo não é uma fragrância
2. Ciberfeminismo não é uma declaração de moda
3. Ciberfeminismo não está sozinho
4. Ciberfeminismo não é uma ideologia
14. Ciberferminismo não é Error 101
18. Ciberferminismo não é um ismo
19. Ciberferminismo não é anti-masculino
24. Ciberfeminismo não é apolítico
34. Ciberfeminismo não está à venda
55. Ciberfeminismo não é um cachimbo
79. Ciberfeminismo não é ficção científica
83. Ciberfeminismo não é sobre brinquedos chatos para meninos chatos

100. Ciberfeminismo não tem apenas uma língua⁶

As ondas do ciberfeminismo

As transformações temáticas nas Internacionais promovidas pela Old Boys Network são um indício do que Maria Fernandez e Faith Wilding (2002, p. 22) chamam de ondas do ciberfeminismo. As autoras não pontuam marcos temporais na trajetória ciberfeminista para fazer a distinção entre as ondas - o que faz sentido, uma vez que o ciberfeminismo mostrou-se uma prática plural e descentralizada -, mas caracterizam a primeira onda como a insurgência das variadas explorações do território cibernético, condensadas principalmente nos trabalhos de Sadie Plant, VNS Matrix e outros semelhantes, que faziam uso de linguagem altamente irônica e artística para celebrar as afinidades de mulheres e tecnologias.

Tratava-se de descobrir as possibilidades do ciberespaço e experimentá-las sem medo de tabus e controvérsias, era sobre de fato colocar-se com entusiasmo no mundo virtual. O intuito era, portanto, fazer o feminino ocupar os espaços das redes em oposição ao domínio masculino (os chamavam de “technocowboys”) que já se observava à época e subverter seus usos de acordo com proposições vinculadas ao ciborgue de Haraway.

As principais pautas da primeira onda eram as visões utópicas que indicavam a descorporificação feminina nas redes e a identidades fluidas de gênero (e até mesmo o não-gênero) em tempos de crise identitária pós-moderna. Julianne Pierce, uma das integrantes do VNS Matrix, escreve em 1998 que as primeiras manifestações do ciberfeminismo foram importantes para criar um espaço para a imaginação, o sonho e a alteridade, no qual era possível adentrar as possibilidades do pós-humano. Entretanto, o sonho ciberfeminista não pode se tornar real enquanto as estruturas patriarcais ainda prevalecem. “Enquanto confrontamos nossa subjetividade, Bill Gates está fazendo 500 dólares a cada segundo”, Pierce pontua criticamente (1998).

⁶ Do original: “1. cyberfeminism is not a fragrance / 2. cyberfeminism is not a fashion statement / 3. sajbrfeminizm nije usamljen / 4. cyberfeminism is not ideology / 14. cyberfeminism is not complete / 18. cyberfeminism is not an ism / 19. cyberfeminism is not anti-male / 24. cyberfeminism nije apolitan / 34. cyberfeminism is nor for sale / 55. cyberfeminisme n'est pas une pipe / 79. cyberfeminism is not science fiction / 83. cyberfeminism is not about boring toys for boring boys / 100. cyberfeminism has not only one language”.

Por isso, as ciberfeministas passam a elaborar trabalhos mais críticos à sua atuação nas redes, chamando atenção para a necessidade de retomar teorias das ondas feministas anteriores.

A falta de conhecimento sobre a história do feminismo faz com que muitas ciberfeministas acabem não explorando todo o potencial de seu ativismo no ciberespaço por repetirem o que já foi feito ou até mesmo o que já foi amplamente debatido. Nesse sentido, Faith Wilding (1998) sinaliza para a dificuldade de o ciberfeminismo incorporar as lições de suas antecessoras e canalizá-las nas condições de mulheres na cultura tecnológica. Isso porque as instituições de ensino falham em ensinar a história de mulheres e de outras populações marginalizadas, relegando esses conteúdos à áreas especializadas do conhecimento, ou seja, não integram um conhecimento geral. Dessa forma, as promessas utópicas da tecnologia com sua velocidade dificultam a manutenção de práticas e histórias de resistência anteriores. A autora ainda alerta que “se ciberfeministas desejam evitar cometer os mesmos erros que feministas passadas, é preciso entender a história da luta feminista”⁷, devendo buscar alianças e parcerias com grupos diversos de mulheres integrados com as novas tecnologias para enfim conquistar influência o suficiente para negociar com os limites de fronteiras econômicas, educacionais, geracionais, raciais e nacionais.

Embora haja uma falta de conhecimento histórico da própria causa gerando conflitos, como no caso das representações hipersexualizadas produzidas por algumas cybegrills, é possível observar que na verdade as ciberfeministas já transferiam para as dinâmicas de redes estratégias feministas utilizadas nas ondas anteriores (FERNANDEZ, WILDING, 2002, p. 20). O separatismo estratégico é uma delas. Trata-se de criar espaços nos quais somente mulheres podem participar, na tentativa de criar um espaço seguro para troca de análises, experiências e conhecimentos. Nas redes, o separatismo se dá por listas de e-mail, grupos de autoajuda, grupos em chats e redes especiais exclusivas para mulheres. Também nesse sentido, observa-se dinâmicas de aprendizagem nas quais mulheres ensinam outras mulheres a utilizar tecnologias. Outras semelhanças com ondas anteriores incluem a elaboração de análises feministas sobre objetos culturais, sociais e

⁷ Do original: “If feminists wish to avoid making the mistakes of past feminists, they must understand the history of feminist struggle.” (WILDING, 1998)

linguísticos voltados exclusivamente para as questões de gênero dentro da Sociedade da Informação, levando a uma produção teórica integrada com o pensamento de mulheres contemporâneas da causa. As ciberfeministas também voltam seus esforços para a criação de novas representações imagéticas de mulheres de forma a romper com estereótipos ultrassexualizados repercutidos principalmente por homens no ambiente virtual e pela mídia em outras instâncias. Assim como suas antecessoras, as ciberfeministas lutam por uma estética feminina livre, pregando a autonomia dos corpos e a independência dos padrões de beleza. As novas imagens ocupavam o ciberespaço com o uso de avatares feministas e figuras que remetiam a corpos reais.

Susan Hawthorne e Renate Klein (1999) observam em *CyberFeminism: Connectivity, Critique, Creativity* a conectividade como o centro do feminismo, apontando sua presença na segunda onda do movimento a partir do desenvolvimento do conceito de “irmandade entre mulheres”, do vínculo entre pessoal e político, do surgimento de grupos de discussão que levavam ao entendimento de semelhanças e diferenças entre mulheres e do trabalho de reconhecimento da diversidade.

A conectividade abre inúmeras possibilidades de atuação para as ciberfeministas. Durante a segunda onda, elas voltam sua atenção para o debate sobre como o ciberfeminismo têm sido até então marcado principalmente pela atuação de mulheres brancas letradas do mundo desenvolvido (DANIELS, 2009; GILLIS, 2004; HAWTHORNE, KLEIN, 1999), ou seja, em situação de privilégio se comparado a outras mulheres cujas relações com as novas tecnologias eram ou inexistente ou restritas em níveis completamente diferentes (DANIELS, 2002, p. 108-109).

Ou seja, a perspectiva de irmandade universal feminina forjada pelas ciberfeministas da primeira onda passam a ser questionadas, uma vez que entendem que somente o “clitóris” não é o suficiente para conectar mulheres “diretamente à matriz” e por consequência despertar o seu poder intimamente ligado às estruturas tecnológicas. A identificação como mulheres não suprime a urgência de formação de vínculos, visto que o gênero e o corpo não se dissolvem nem mesmo com o espaço virtual redes.

Para Klein (1999, p. 208), mesmo um ciberfeminismo preocupado com a criação de uma identidade compatível com a virtualidade do ciberespaço deve levar em consideração os corpos e mentes reais das mulheres reais conectadas ao ambiente em que vivem, devendo, portanto, permanecer no centro da teoria e prática ciberfeminista.

Embora haja diferenças no acesso de mulheres ao ambiente digital, a segunda onda ciberfeminista ainda pontuou a Internet como um espaço de liberdade principalmente para aquelas cujas vidas no espaço “real” é tão cerceada por patriarcalismos. Correlacionando o espaço virtual com *Um Teto Todo Seu* de Virginia Woolf (1929), Fereshteh Nourraie-Simone (2005) define o ciberespaço como espaço de resistência, trazendo o feminismo para sua vida *offline* de forma extremamente íntima.

Por trás dessas observações, vale lembrar, portanto, que o virtual não exclui o real. Estruturas de opressão continuam existindo tanto online como offline, mesmo que ciberfeministas ocupem o ciberespaço contestando o domínio dos “técno-cowboys”. Da mesma forma que mulheres têm a liberdade de reproduzir seu discurso feminista nas redes, outras pessoas podem reproduzir o discurso patriarcal hegemônico.

O feminismo em si, por conta de sua pluralidade, acaba sendo um entrave para as ciberfeministas que analisam criticamente as ações e posicionamentos de seu ativismo. Não apenas pela falta de conhecimento histórico e abordagens apolíticas, mas pela própria falta de um feminismo que saia da esfera acadêmica e dialogue de forma prática com mulheres nas redes em um momento no qual elas, incluindo até mesmo jovens ciberfeministas, não enxergam no feminismo recursos que as ajudem a lidar com o sexismo que enfrentam no dia a dia - até porque muitas vivem na ilusão de que as mulheres já conquistaram todos os direitos que precisavam para se igualar aos homens (FERNANDEZ, WILDING, 2002).

Julianne Pierce condensa as transformações de pensamento da segunda onda do ciberfeminismo:

“A versão atualizada do ciberfeminismo é mais sobre *networking*, *webgrrrls*, garotas geek, FACES⁸, OBN, publicações online, prospecção de carreiras, lista de servidores e conferências internacionais. É sobre Hybrid Workspace⁹ e as 100 antíteses, é sobre arrecadar subsídios e financiamentos e criar oportunidades para se encontrar e fazer trabalhos. É sobre treinamentos e criação de oportunidades, fazer dinheiro, negócios e acordos. É abraçar a diversidade e a diferença, ser opinativa, ser barulhenta e ficar quieta em certos momentos. Mas a chave de tudo isso é informação: na sociedade da informação, para ficar à frente, você precisa

⁸ FACES foi uma lista de e-mail exclusiva para mulheres na qual as ciberfeministas debatiam tópicos diversos.

⁹ Hybrid Workspace foi um laboratório de mídia temporário durante a Documenta X em 1997. Mais informações em: https://monoskop.org/Hybrid_Workspace. Acesso em 26/06/2017.

controlar a mercadoria. Informação é política, é uma arma, e quanto mais conhecimento nós temos, mais poderosos nós somos” (PIERCE, 1998).¹⁰

Volkart (1999) sugere pensar o ciberfeminismo como um “mito”, entendido como uma história sem origens definidas e que pode assumir diferentes formatos conforme é contada por pessoas diferentes ao longo do tempo – da mesma forma, o ciberfeminismo não tem uma única origem e muito menos uma única verdade, mas se transforma conforme é discutido. Sollfrank (1998) completa com a provocação de que o ciberfeminismo cria o mito de uma identidade política sem forçar ninguém a lutar por isso. Na visão de Stacy Gillis (2004), o ciberfeminismo precisa prezar mais pela ação sem deixar de lado aspectos materiais da realidade na qual as mulheres estão inseridas.

No mesmo sentido, Fernandez e Wilding (2004, p. 26) indicavam que o ciberfeminismo deveria focar nas potencialidades das redes para a integração entre mulheres e no acesso à informação, uma vez que o conhecimento é agente fundamental no processo de empoderamento, especialmente no caso de jovens mulheres.

Considerações finais

Embora o ciberfeminismo tenha apresentado grande diversidade e divergências, não há um grupo que clame para si o domínio exclusivo do termo “ciberfeminismo”. Inclusive, VNS Matrix aponta em seu site¹¹ que cunhou o termo simultaneamente a Sadie Plant, sem demonstrar preocupação em especificar qual das duas de fato o usou pela primeira vez. A ordem temporal não é, portanto, relevante na construção de um primeiro significado de ciberfeminismo, usualmente reivindicado como o único verdadeiro por grupos ativistas e artísticos.

Entretanto, ciberfeministas de segunda onda acabam por apontar nas da primeira onda certo esvaziamento do significado que estas atribuem ao ciberfeminismo, chamando a atenção para a necessidade de se pesar mais o aspecto político em suas manifestações

¹⁰ Do original: “The updated version of cyberfeminism is more about networking, webgrrrls, geek girls, FACES, OBN, online publishing, career prospects, list servers and international conferences. It's about Hybrid Workspace and the 100 anti-thesis, it's about getting grants and funding to create opportunities to meet and make work. It's about training and creating opportunities, making money, doing business and doing deals. It's embracing diversity and difference, being opinionated, being loud and at times staying quiet. But the key to all of this is information, in the information society, to get ahead you must control the commodity. Information is political, it's a weapon, and the more knowledge we have, the more powerful we are”. (PIERCE, 1998)

¹¹ Sobre as origens de VNS Matrix e o ciberfeminismo de Sadie Plant: <https://vnsmatrix.net/about/>. Acesso em 26/06/2017.

ao invés de “meras” expressões artísticas que não chegam a de fato causar algum tipo de transformação social efetiva, uma vez que lidam mais com imagens superficiais do que com ações que afetam o espaço real além do virtual. Mesmo assim, há ciberfeministas que continuam atuando de forma artística e irônica sob o mote do ciberfeminismo, atribuindo-lhe um sentido de expressividade e liberdade nas redes.

Não chega a ser incoerente que faça parte dessa demanda por mais política reforçar a ideia de que o significado de ciberfeminismo está em constante construção, como uma espécie de convite às mulheres para que adentrem o ciberespaço e testem as suas possibilidades de forma individual e coletiva. Remetendo à ideia cunhada pela jornalista e ativista Carol Hanisch durante a segunda onda feminista de que o pessoal é político, Faith Wilding repercute a ideia de que agora o computador pessoal é o computador político (1998), atribuindo caráter político ao ato de mulheres se apoderarem individualmente das tecnologias.

Deixar o significado em aberto e estimular que cada um desenvolva um sentido próprio para “ciberfeminismo” é uma forma política e filosófica de refletir as relações mediadas pela formação das redes.

Uma vez que o ciberfeminismo está aberto às atribuições individuais de significado, está sujeito a contradições na medida da pluralidade de seus agentes. As estruturas do ciberespaço viabilizam uma horizontalidade para a exploração desses sentidos, dissolvendo alguma noção de domínio sobre o termo “ciberfeminismo”.

Referências bibliográficas

BARRAT, Virginia, PIERCE, Julianne; RIMINI, Francesca di; STARRS, Josephine. VNS Matrix. In: In: CAVALLARO, Alessio; JONSON, Annemarie; TOFTS, Daren (Org). **Prefiguring Cyberculture: An Intellectual History**. Cambridge: The MIT Press, 2002. p. 206.

DANIELS, Jessie. Rethinking Cyberfeminism(s): Race, Gender, and Embodiment. Project Muse, 2009. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/article/266600>>

EVANS, Claire L. “We are the future cunt”: Cyberfeminism in the 90s, **Motherboard Vice**, 2014. Disponível em <<https://goo.gl/06v71m>> . Acesso em: 01 jun. 2017.

EVANS, Claire L. An Oral History of the First Cyberfeminists. **Motherboard Vice**, 2014. Disponível em <<https://goo.gl/9x9NmQ>> . Acesso em: 01 jun. 2017.

FERNANDEZ, Maria; WILDING, Faith. Situating Cyberfeminisms. In: Fernandez, Maria (Org). **Domain Errors!:** Cyberfeminist Practices. Autonomedia, 2002. p. 17-28.

GILLIS, Stacy. Neither Cyborg Nor Goddess: The (Im)Possibilities of Cyberfeminism. In: GILLIS, Stacy; HOWIE, Gillian; MUNFORD, Rebecca (Org). **Third Wave Feminism: A Critical Exploration**, New York, Palgrave Macmillan, 2007, p. 168-180.

HARAWAY, Donna. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. Disponível em: <<https://goo.gl/qOI4uL>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

HAWTHORNE, Susan; KLEIN; Renate. CyberFeminism: Introduction. In: HAWTHORNE, Susan; KLEIN (Org). **CyberFeminism: Connectivity, Critique + Creativity**. North Melbourne, Spinifex, 1999. p. 1-18.

JORDAN, Tim. **Cyberpower: The Culture and Politics of Cyberspace and the Internet**. Londres: Routledge, 1999.

KLEIN, Renate. If I'm a Cyborg rather than a Goddess will Patriarchy go away? In: In: HAWTHORNE, Susan; KLEIN (Org). **CyberFeminism: Connectivity, Critique + Creativity**. North Melbourne, Spinifex, 1999. p. 1-18.

NATANSOHN, Graciela (Org.). **Internet em código feminino: Teorias e práticas**. Buenos Aires: La Crujía Edilciones, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/r1ZzmW>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

OBN, First Cyberfeminist International, 1997. Disponível em: <<http://www.obn.org/kassel/program.html>>. Acesso em: 25 mai, 2017.

OBN, Next Cyberfeminist International, 1999. Disponível em: <<http://www.obn.org/nCI/program.html>>. Acesso em: 25 mai, 2017.

OBN, Very Cyberfeminist International, 2001. Disponível em: <http://www.obn.org/obn_pro/vCI/call.html>. Acesso em: 25 mai, 2017.

PIERCE, Julianne. Info Heavy Cyber Babe, 1998. Disponível em <<http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-1-9810/msg00023.html>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

SOFOLIS, Zoë. Cyberquake: Haraway's Manifesto. In: CAVALLARO, Alessio; JONSON, Annemarie; TOFTS, Daren (Org). **Prefiguring Cyberculture: An Intellectual History**. Cambridge: The MIT Press, 2002. p. 84-101.

SOLLFRANK, Cornelia. The Truth About Cyberfeminism, 1998. Disponível em <http://www.obn.org/reading_room/writings/html/truth.html> . Acesso em: 10 mar. 2017.

WILDING, Faith. Where is Feminism in Cyberfeminism?, 1998. Disponível em <http://www.obn.org/cfundef/faith_def.html> . Acesso em: 10 mar. 2017.